

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 731 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1998

Plenário aprova exigência de exame de avaliação psicológica para policiais

Senadores também votam a favor de projeto de lei que torna obrigatório ensino de espanhol nas escolas de 2º grau



Todo candidato a vagas nas polícias civil e militar e no corpo de bombeiros terá de se submeter a uma avaliação psicológica, a cargo de uma junta com três médicos, para verificar a sua capacidade de exercer a carreira. É o que prevê projeto de lei aprovado ontem pelo plenário do Senado. O projeto, que também institui exames periódicos nos atuais policiais, ainda será votado em turno suplementar no Senado para depois ser enviado à Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

Plenário decidiu que policial e bombeiro serão avaliados a cada cinco anos

Espanhol será matéria de 2º grau

Dentro de cinco anos, as escolas de segundo grau do Brasil terão que incluir no currículo o ensino da língua espanhola. É o que prevê projeto de lei aprovado pelo plenário ontem, mas que ainda depende de votação suplementar no Senado e da apreciação da Câmara dos Deputados.

PÁGINA 3

Bolsa-Escola federal vai beneficiar 711 mil famílias, prevê Marchezan

O programa de bolsa-escola adotado pelo governo federal deverá beneficiar inicialmente 711 mil famílias e alcançar a marca de três milhões ao ser completamente implementado. A previsão foi feita ontem pelo deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS), autor do projeto sancionado pelo pre-



CONFÉRENCIA
INTERNACIONAL
SOBRE RENDA
MÍNIMA

sidente Fernando Henrique Cardoso, durante o primeiro dia da Conferência Internacional sobre Renda Mínima, que será encerrada hoje, no Auditório Petrólio Portella. Durante o encontro, foram avaliadas experiências nacionais e internacionais de implantação de programas de renda mínima.

PÁGINAS 4 E 5

Comissão do Senado vai buscar saídas para enfrentar o desemprego

PÁGINA 2

ACM é contra votar créditos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (na foto, recebendo os decanos da UFRJ), disse ontem ser contra a votação de créditos para os estados antes das eleições, citando resolução da Casa aprovada pelo plenário em junho.

PÁGINA 2



ACM é contra votar créditos para estados antes das eleições

Presidente do Senado argumenta que resolução proíbe governadores de contratar operações no final do mandato

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou durante a sessão de ontem o seu entendimento de que os pedidos de autorização para operações de crédito previstas no ajuste fiscal dos estados, enviados ao Senado neste semestre, devem ser votados somente após as eleições.

Antonio Carlos citou a Resolução do Senado nº 78/98, de junho último, que no artigo 18 estabelece que "é vedada a contratação de operação de crédito nos 180 dias anteriores ao final do mandato do chefe do Poder Executivo do estado, do Distrito Federal ou do município". O presidente ressaltou, entretanto, que os pedidos de autorização serão encaminhados normalmente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde matérias dessa natu-

reza devem ser examinadas de acordo com o Regimento do Senado.

A manifestação do presidente estava relacionada com ofício do Banco Central recomendando a aprovação dos empréstimos a Sergipe, Paraná, Pará, Rio Grande do Norte, Acre e Paraíba. "Repito que sou da opinião de que os créditos relativos a esses estados devem ser votados após as eleições. No entanto, cabe à comissão, que tem autonomia para deliberar sobre o assunto, e ao plenário decidirem sobre a matéria", disse Antonio Carlos.

CRISE NA UFRJ

A busca de uma solução negociada para a crise da Universidade Federal do Rio de Janeiro foi o conselho dado por ACM a cinco decanos da instituição, aos quais ele recebeu em audiência ontem à tarde.

Em relação às críticas feitas ao decreto que regula a escolha dos reitores, o senador explicou aos decanos que a fase anômala vivida pelo Congresso, por se tratar de ano eleitoral, reduz as chances de o Legislativo auxiliar a resolver o impasse fazendo modificações na legislação.

Além de incentivar os decanos a procurar o diálogo, o presidente do Senado colocou-se à disposição para atuar também nesse sentido junto ao governo. Participaram da audiência Carlos Lessa, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; Marco Antônio Faria, do Centro de Matemática; Sérgio Fracalanza, do Centro de Saúde; Oscar Acselrad, do Centro de Tecnologia, e Carlos Tanus, do Centro de Letras e Artes.

Será instalada hoje comissão para estudar causas do desemprego

O Senado Federal instala hoje, às 10 horas, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, comissão temporária interna destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no país.

A criação da comissão atende a requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Na justificativa de seu pedido, Simon cita dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), informando que aproximadamente 1 bilhão de pessoas estão desempregadas ou em subempregos em todo o mundo.

Acompanhando seu requerimento, Simon anexou um estudo detalhado sobre a questão e destacou que a taxa de desemprego brasileiro, levantada pelo IBGE, é pequena quando comparada aos números de países desenvolvidos.

Mas essa taxa, afirma o senador, revela apenas que o índice mascara o desemprego existente.

O IBGE considera, em seus levantamentos, somente o desemprego aberto, contando trabalhadores sem ocupação e que, na semana da pesquisa, procuraram emprego. Ficam de fora as pessoas que estão em ocupações precárias e aquelas que já desistiram de procurar trabalho.

Considerando essas variáveis, as taxas sobem para mais de 15%, de acordo com números do Dieese/Seade.

Para estudar essa situação e considerar outros aspectos, como o desemprego da mulher e o mercado informal, além de oferecer propostas para resolver o problema, a comissão terá 120 dias para concluir o seu relatório.

Os senadores querem que a comissão indique providências concretas e propostas de políticas públicas a serem adotadas pelo governo na região.

Às 15 horas, o Senado instala, no mesmo local, comissão temporária que vai analisar propostas de reforma do sistema tributário nacional. O requerimento que deu origem à comissão é do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA).



Pedro Simon

Fundação Getúlio Vargas ajudará a modernizar atividades do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem representantes da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para concluir os entendimentos que permitirão aos técnicos daquela instituição colaborar com os projetos de modernização das atividades da Casa.

De acordo com Irupuan Cavalcanti, diretor da FGV, em breve a fundação e o Senado assinarão um acordo geral de cooperação técnica, a partir do qual seus técnicos e professores deverão contribuir para aprimorar a infraestrutura e os serviços de apoio do Senado Federal.



Vilaça, entre ACM e Irupuan, participou da reunião

Em companhia do ministro Marcos Vilaça, do Tribunal de Contas da União (TCU), o diretor da FGV enfatizou a identificação da fundação com as preocupações do senador Antonio Carlos Magalhães relacionadas com a modernização e a melhoria dos serviços e ati-

vidades realizados pelo Senado "em apoio ao trabalho dos parlamentares".

O convênio geral de cooperação técnica permitirá implementar uma série de propostas de trabalho específicas, que Cavalcanti espera definir até o final deste ano.

Seca e reforma tributária também serão analisadas

Para conhecer os efeitos da seca que atinge a região Nordeste e o norte do estado de Minas Gerais e acompanhar a execução das medidas emergenciais adotadas pelo governo federal, será instalada hoje, às 10h30, na sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa, comissão temporária proposta pelos senadores Djalma Falcão (PMDB-AL), Ney Suassuna (PMDB-PB), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Francelino Pereira (PFL-MG).

Os senadores querem que a comissão indique providências concretas e propostas de políticas públicas a serem adotadas pelo governo na região.

Às 15 horas, o Senado instala, no mesmo local, comissão temporária que vai analisar propostas de reforma do sistema tributário nacional. O requerimento que deu origem à comissão é do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Jânio Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes do Secretário: Emilia Fernandes - Lúdia Coelho
Joel da Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalma Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvia Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvia Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezeira de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kolome, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Antonio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Jefferson apresenta substitutivo para limitar gastos de câmaras

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) apresentou ontem, em plenário, parecer favorável à proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita os gastos das câmaras de vereadores. Jefferson propôs um substitutivo que muda os limites do projeto original.

Pelo substitutivo, os gastos das câmaras de vereadores dos muni-

cípios com até 100 mil habitantes não podem passar de 8% da receita municipal (arrecadação e transferências, exceto convênios e financiamentos). Já nos municípios entre 100 mil e um milhão de pessoas, o limite seria de 7%, enquanto nas cidades com mais de um milhão de habitantes o gasto máximo dos legislativos municipais ficará em 6% da receita.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Despacho interno
- ▶ 15h30 - Presidência de sessão deliberativa ordinária do Senado
- ▶ 17h - Participa da sessão de encerramento da "Conferência Internacional Renda Mínima: Discussões e Experiências". Auditório Petrólio Portella
- ▶ 18h30 - Participa da solenidade de entrega dos diplomas aos vencedores do Prêmio Cruz e Sousa de monografia. Sala Negra do Senado Federal

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 15/98, que dispõe sobre o total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal; *PLS nº 104/96, que dispõe sobre a inclusão de códigos de identificação fãtil entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação pelo Banco Central do Brasil; *PLS nº 215/97, que assegura ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; e *Projeto de Resolução nº 64/98, que autoriza a União a realizar operação financeira visando ao rescalonamento de créditos brasileiros junto a República Argentina.

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PEC nº 52/95, que suprime o § 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais; *PEC nº 31/96, que suprime os §§ 2º e 3º do artigo 223 da Constituição federal, referentes a outorga e renovação de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; *PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República; *PLS nº 171/96, que estabelece normas de acesso ao Siah - Sistema de Administração Financeira; *PLS nº 273/96, que institui o estudo dos direitos humanos na formação policial; e *PLS nº 228/97, que dispõe sobre a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e a erotismo. Sala 05 - Ala Senador Alexandre Costa
- ▶ 10h30 - Comissão Temporária sobre o Desemprego
Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e designação do relator. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa
- ▶ 10h30 - Comissão Temporária sobre a Seca no Nordeste
Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e designação do relator. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa
- ▶ 13h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; *PLC nº 119/95, que redireciona recursos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae; *PLC nº 96/94, que altera a Lei nº 7.998, que "regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT"; *PLC nº 76/95, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência Social; *PLS nº 89/98, que modifica a Lei Complementar nº 82/95; e *PLS nº 126/98, que dá nova redação ao artigo 52 da Lei nº 8171/91, sobre a política agrícola. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa
- ▶ 15h - Comissão Temporária sobre a Reforma Tributária
Pauta: Instalação, eleição do presidente e vice-presidente e indicação do relator. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

- ▶ Das 9h às 18h - "Conferência Internacional Renda Mínima: Discussões e Experiências". Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Cultura ao Meio-Dia

Filme: O Corpo, de José Antônio Garcia. Auditório Petrólio Portella

Aprovada exigência de avaliação psicológica para policiais

Texto acolhido pelo plenário do Senado será submetido a votação suplementar e depois irá à apreciação da Câmara de Deputados

Todo concurso público para as polícias civil e militar e para corpo de bombeiros terá avaliação psicológica dos candidatos, com o objetivo de verificar sua aptidão para a carreira. Depois de empossados, os policiais serão submetidos a outra avaliação ao final do terceiro ano, quando estiverem terminando o estágio probatório. Essas exigências constam de projeto de lei aprovado ontem pelo Senado.



Tuma fez mudanças no texto aprovado pela Câmara

Trata-se de substitutivo que o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou a projeto oriundo da Câmara. Tuma fez várias mudanças no projeto e, por isso, a matéria terá de voltar à apreciação dos deputados, depois de uma votação suplementar no Senado.

O texto aprovado prevê ainda que todo policial ou bombeiro será submetido a cada cinco anos a uma avaliação psicológica, para verificar

se apresenta distúrbios de comportamento, provocados pelo estresse da profissão. O senador Romeu Tuma entende que a avaliação é importante para impedir que policiais com distúrbios continuem trabalhando na rua e portando armas.

O substitutivo determina ainda que profissionais contratados pelas corporações terão de avaliar psicologicamente, de forma extraordinária, os policiais ou bombeiros que apresentarem problema de conduta. A avaliação psicológica dos candidatos em concurso será realizada por uma junta de três médicos.

Espanhol será obrigatório no segundo grau

Projeto permite ao trabalhador escolher onde receberá salário

Os empregados poderão ter o direito de escolher a instituição bancária em que desejam ver seus salários depositados. Projeto neste sentido será votado hoje pelo Senado. Segundo a proposta, do senador licenciado Júlio Campos (PFL-MT), as empresas situadas em perímetro urbano poderão pagar os salários em contas bancárias abertas para esse fim, em banco indicado pelo empregado. O projeto recebeu parecer favorável do senador Nabor Júnior (PMDB-AC).

Essa medida propiciará ao trabalhador um relacionamento mais estreito com o estabelecimento de sua preferência, além de livrá-lo da sujeição a critérios que não lhe dizem respeito mas que, na realidade, sobre ele desabam - justifica o relator.

Foi apresentada pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) emenda de plenário, restringindo o direito a empregados de empresas privadas. Ou seja, pela proposta do senador do Tocantins, os servidores públicos continuariam recebendo seus salários em bancos oficiais. Mas a emenda recebeu parecer contrário do relator, o senador José Aves (PFL-SE).

O idioma espanhol terá de ser ensinado, dentro de cinco anos, nas três séries do segundo grau de todas as escolas brasileiras, conforme projeto de lei aprovado ontem pelo plenário do Senado. A matéria será ainda submetida a uma votação suplementar e irá depois à análise e votação da Câmara dos Deputados.

Os senadores concordaram com substitutivo que o senador José Fogaça (PMDB-RS) apresentou a um projeto do governo, que era mais amplo e previa o ensino de espanhol no primeiro e no segundo graus. Fogaça propôs que a matéria seja ensinada apenas no segundo grau, o que com o apoio do plenário. Por ter recebido alteração, o texto deve ser votado novamente pelos deputados.

O substitutivo de Fogaça estabelece que os conselhos de educação dos estados irão detalhar as normas da nova matéria, de acordo com as condições e peculiaridades de cada região. O governo federal terá de apoiar os estados na implantação da nova matéria, especialmente na formação de professores do idioma.

O projeto tramitou em conjunto com a proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que previa o ensino do espanhol apenas nos estados que fazem fronteira com países do Mercosul e que, no final, foi prejudicado.

José Fogaça afirmou, ao defender

a ampliação do espanhol a todas as escolas de segundo grau do país, que o ensino desse idioma contribuirá para "a formação de uma verdadeira comunidade latino-americana". Na sua opinião, os jovens brasileiros do ensino médio devem conhecer "tanto o espanhol quanto o inglês".

O senador Bello Parga (PFL-MA), que votou contra o projeto, ponderou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação não determinou que idioma deve ser ensinado e, por isso,



a escolha deveria ficar por conta dos conselhos de educação dos estados, sem qualquer exigência em lei.

Defenderam o projeto os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ), Ney Suassuna (PMDB-PB), Pedro Simon (PMDB-RS), Emília Fernandes (PDT-RS) e Benedita da Silva (PT-RJ). Emília e Benedita afirmaram que o espanhol deveria ser ensinado também no primeiro grau.

Solução para a população de baixa renda

Num evento prestigiado por autoridades e técnicos de diversos países, participantes do encontro defendem programas de renda mínima como forma de enfrentar a miséria e de integrar à sociedade setores hoje marginalizados

Ao dar as boas-vindas aos participantes da Conferência Internacional sobre Renda Mínima, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, senador Pedro Piva (PSDB-SP), falou da importância do evento, no qual estão sendo debatidos programas de renda mínima desenvolvidos em diversos países. A conferência será encerrada às 17h de hoje pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.



Ao centro, entre os deputados Marta Suplicy e Germano Rigotto, o presidente da CAE, Pedro Piva, ao abrir a conferência

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB-SP), disse que é necessário que o Estado mantenha a função de assistir aos indivíduos, sobretudo nas ações ligadas à área de educação. Ele elogiou as iniciativas de renda mínima associadas à educação, citando os programas desenvolvidos no Distrito Federal e em Campinas.

A deputada federal Marta Suplicy (PT-SP), presidente do Grupo Parlamentar Interamericano sobre População e Desenvolvimento (GPI), lembrou que a conferência foi uma proposta sua, apresentada quando ela tomou posse no GPI, no ano passado. Ela ressaltou que, além de melhorar o padrão de vida das famílias, o complemento da renda mínima aumenta o consumo e termi-

na gerando empregos.

Na opinião do deputado Germano Rigotto, presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, a conferência permitirá que se encontrem soluções para enfrentar a miséria. "Vamos procurar formas de construir programas que transformem o Brasil em um país mais justo", sugeriu.

Luis Fernando Tironi, diretor de políticas públicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), disse que a conferência é importante para difundir e esclarecer dúvidas sobre a renda mínima. A representante do Fundo de População das Nações Unidas (Fnuap), Kátia Amorim, alertou que todas as discussões sobre desenvolvimento devem levar em consideração que a população seja beneficiada.

Programa vai beneficiar 700 mil famílias

O projeto de bolsa-escola, cujas regras foram anunciadas na última segunda-feira, vai beneficiar inicialmente 711 mil famílias, mas alcançará mais de 3 milhões até ser totalmente implementado, segundo o deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS).

Aprovado por unanimidade na Câmara, o projeto, condensado por Marchezan, reuniu propostas do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), do governador do DF, Cristovam Buarque, e de parlamentares e prefe-

tos. O projeto original de Suplicy, que prevê pagamento de renda mínima a todas as pessoas carentes, é mais amplo, segundo Marchezan, e está tramitando na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Existem no Brasil 2,7 milhões de crianças em idade escolar que não estão estudando. Outras 2,5 milhões de crianças frequentam a escola mas não têm aproveitamento satisfatório

O governo federal, que vai arcar com metade dos gastos, fixou a quantia de R\$ 15 para manter cada criança na escola. Marchezan tinha proposto R\$ 30. Serão escolhidos os municípios mais pobres para participar do programa, que beneficiará famílias

com renda per capita menor que a metade de um salário mínimo (ou seja, menos de R\$ 65). Segundo o IBGE, há no Brasil 2,7 milhões de crianças em idade escolar fora das salas de aula. Outras 2,5 milhões de crianças carentes frequentam a escola mas não têm aproveitamento satisfatório.

Durante a exposição de autores de projetos de renda mínima em outros países, o deputado português Artur Penedo disse que o governo de Portugal tomou cuidado para não aprovar um programa que propiciasse "a caridade eterna do Estado". Assim, adotou-se um programa de benefício, concedido por 12 meses, que obriga as pessoas a procurar colocação no mercado de trabalho.

Suplicy faz retrospectiva histórica das propostas

Os fundamentos da proposta de garantia da renda mínima acompanham o desenvolvimento da humanidade, afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A retrospectiva histórica do debate sobre o assunto foi o tema do pronunciamento do senador na Conferência Internacional sobre Renda Mínima que está sendo realizada no Auditório Petrólio Portella, do Senado Federal.

Suplicy lembrou que a ideia de um programa de renda mínima pode ser encontrada em vários escritos, como os de Karl Marx ("a cada um de acordo com a sua capacida-

de, a cada um de acordo com sua necessidade") ou os de Aristóteles, que em seu livro *Política*, datado de 300 anos antes de Cristo, ensina que para se alcançar a justiça política é necessário antes realizar a justiça distributiva.

O senador foi o autor do primeiro projeto a tramitar no Senado concedendo um rendimento mínimo a famílias sem condições de sobrevivência, o que levou o deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) a se referir a ele "como o grande autor da proposta" de adoção da ideia no Brasil.

OUTROS PAÍSES

Também falaram ontem na conferência as deputadas argentinas

Elisa Carrió e Elisa Garca. Depois de explicarem as propostas sobre renda mínima que estão tramitando no Congresso do seu país, elogiaram os políticos brasileiros por discutirem o assunto de forma suprapartidária. No painel reservado aos propositores de iniciativas nos parlamentos de todo o mundo, elas ressaltaram a importância da renda mínima na distribuição de riqueza e diminuição da miséria.

Já o deputado espanhol Juan Antonio Gil Melgarejo revelou que, em seu país, a competência política sobre os assuntos sociais é das regiões ou comunidades autônomas, e não do governo federal. Ele

disse que o ingresso mínimo de inserção, nome dado à renda mínima na Espanha, é hoje de US\$ 250,00. O valor, no entanto, pode aumentar de acordo com as condições da família, como número de idosos, crianças e outros.

Falando em nome do seu país, o embaixador do México no Brasil, Jorge Navarrete, informou que o sistema de bolsas é um apoio efetivo para a permanência escolar. Ele acrescentou que o subsídio mensal varia de um mínimo de 60 a 225 pesos mexicanos. Os objetivos do programa são melhorar as condições de alimentação, saúde e educação das famílias mais pobres.



Bolsa-Escola aposta na educação contra a miséria

Programa implantado em 1995 no Distrito Federal atende atualmente 44.879 crianças de sete a 14 anos



CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE RENDA MÍNIMA

O governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, falou sobre o programa Bolsa-Escola, implantado desde 1995, informando o que atualmente são atendidas 44.879 crianças de sete a 14 anos de 22.608 famílias. O programa garante um salário mínimo mensal (R\$ 130,00) em dinheiro para cada família carente com filhos em idade escolar matriculados e frequentando a escola.

Nove modelos tentam combater as desigualdades

Em todo o mundo, há nove diferentes tipos de programas de garantia de renda mínima para famílias carentes, que podem estar entre as soluções mais eficientes adotadas pelos governos para combater as desigualdades sociais, afirmou ontem o professor Guy Standing, presidente da Rede Européia da Renda Básica e um dos palestrantes da conferência internacional que se realiza no Senado sobre esse tema.

Na Europa, quase todos os países proporcionam uma renda à criança carente até que complete os estudos fundamentais. Entre eles estão Grã-Bretanha, Alemanha, Bélgica e os países escandinavos. Na França, há o programa de renda mínima de inserção, adotado em 1988, que garante 2.600 francos como complemento de renda para pessoas carentes acima de 25 anos. Na Espanha, no mesmo ano, cada província também adotou a renda mínima de inserção e, em Portugal, foi instituído o programa de rendimento familiar mínimo.

A maior meta, observou Standing, é adotar, gradativamente, o programa defendido por ele e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que garante pagamento de renda mínima para todas as pessoas carentes.

— Os programas de renda mínima precisam ser vistos como parte de um pacote de política social. Deve-

se adotar um conjunto de políticas e programas complementares. Temos uma série de desafios a enfrentar nas políticas sociais e verificamos que o mercado informal é uma tendência internacional, o que provoca uma fragmentação sócio-econômica — afirmou.

Standing falou também sobre a tendência mundial para as privatizações e as mudanças nas políticas de seguridade social, que levam cada vez menos em conta as camadas mais marginalizadas. Atualmente, observou, está crescendo também um mercado misto, composto pelos que entram e saem constantemente do mercado de trabalho. Esse quadro sócio-econômico, acrescentou, é muito diferente do verificado no início do século, e está criando insegurança ainda maior nas Américas, Europa, Ásia e países em desenvolvimento.

O presidente da Rede Européia de Renda Básica, criada em 1986, disse, no entanto, que é confortante saber que economistas de várias tendências em diversos países estão defendendo esses programas como fator de distribuição de renda no futuro. Concluiu que o Brasil é um dos países que mais estão se aproximando de uma proposta adequada para o programa de renda mínima. “Tenho certeza de que este país vai melhorar cada vez mais”, disse.

de não fazer esse tipo de investimento”, alertou.

Para o Brasil, Cristovam defende que sejam distribuídos 5 milhões de bolsas-escola. Ele explicou que o valor de cada uma delas poderia ser em média R\$ 40,00, com o custo dividido entre os governos federal e local ou até mesmo com alguma organização não governamental.

Entre as vantagens do programa, Cristovam citou a eliminação da evasão escolar e a diminuição da repetência. “A nossa preocupação não é combater a miséria das famílias hoje, mas investir na educação para combater a pobreza amanhã”, concluiu.

Prefeitos de capitais como Belém (PA) e Belo Horizonte (MG), de grandes municípios como Campinas (SP) e Ribeirão Preto (SP), e de pequenas cidades como Mundo Novo (MS), na fronteira com o Paraguai, relataram suas experiências na implantação de programas de renda mínima ou bolsas-escola, na parte da tarde da conferência.

Independente das diferenças de partidos, de operacionalização e de quantidade de recursos, os prefeitos foram unânimes nas homenagens ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), considerado o inspirador dos programas que estão em atividade, bem como da iniciativa de integrar os programas de renda mínima e bolsa-escola às demais políticas sociais das prefeituras. “O DNA do programa de bolsa-escola de Belém está nos projetos de Suplicy e no programa do Governo do Distrito Federal”, resumiu o prefeito Edmilson Rodrigues.

Em todos os municípios, procurou-se retirar as crianças das ruas e levá-las para a escola. Em alguns casos, como nos de Belém, de Presidente Prudente, de Catanduva e de Mundo Novo, os prefeitos garantem que não há mais crianças nas ruas de suas cidades.

de não fazer esse tipo de investimento”, alertou.

Para o Brasil, Cristovam defende que sejam distribuídos 5 milhões de bolsas-escola. Ele explicou que o valor de cada uma delas poderia ser em média R\$ 40,00, com o custo dividido entre os governos federal e local ou até mesmo com alguma organização não governamental.

Entre as vantagens do programa, Cristovam citou a eliminação da evasão escolar e a diminuição da repetência. “A nossa preocupação não é combater a miséria das famílias hoje, mas investir na educação para combater a pobreza amanhã”, concluiu.

Prefeitos relatam experiências

Prefeitos de capitais como Belém (PA) e Belo Horizonte (MG), de grandes municípios como Campinas (SP) e Ribeirão Preto (SP), e de pequenas cidades como Mundo Novo (MS), na fronteira com o Paraguai, relataram suas experiências na implantação de programas de renda mínima ou bolsas-escola, na parte da tarde da conferência.



Independente das diferenças de partidos, de operacionalização e de quantidade de recursos, os prefeitos foram unânimes nas homenagens ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), considerado o inspirador dos programas que estão em atividade, bem como da iniciativa de integrar os programas de renda mínima e bolsa-escola às demais políticas sociais das prefeituras. “O DNA do programa de bolsa-escola de Belém está nos projetos de Suplicy e no programa do Governo do Distrito Federal”, resumiu o prefeito Edmilson Rodrigues.

Em todos os municípios, procurou-se retirar as crianças das ruas e levá-las para a escola. Em alguns casos, como nos de Belém, de Presidente Prudente, de Catanduva e de Mundo Novo, os prefeitos garantem que não há mais crianças nas ruas de suas cidades.



Cristovam Buarque ressaltou que a preocupação é evitar a miséria no futuro

Projetos devem sofrer ajustes em busca de melhores resultados

Os programas de bolsa-escola e de renda mínima adotados no Brasil e em outros países devem ser observados e ajustados para que tenham resultados mais promissores, afirmou ontem Robert Greenstein, do Centro de Estudos Orçamentários de Políticas Públicas dos Estados Unidos, em palestra na Conferência Internacional sobre Renda Mínima, que está sendo realizada no Senado. O representante norte-americano relatou os programas sociais similares adotados nos Estados Unidos, e falou das vantagens e dificuldades sociais e econômicas para sua implementação.

O principal programa desenvolvido nos Estados Unidos é o Earned Income Tax Credit (EITC) — Crédito Fiscal por Remuneração Recebida —, uma forma de imposto de renda negativo criado em 1975, no governo Gerald Ford. O governo norte-americano gastou, em 1995, US\$ 107 bilhões em programas de complementação de renda, além de US\$ 17 bilhões de recursos estaduais. Uma nova lei aprovada pelo governo de Bill Clinton, em 1993, cortou 12% dos gastos com esses programas, mas determinou a expansão do EITC, que agora é o maior e mais importante programa de transferência de renda no país.

O programa, que recebe recursos somente do governo federal, reduziu em um terço o número de crianças que viviam na pobreza, segundo Greenstein.

O EITC suplementa o salário de famílias pobres e só é concedido, portanto, para quem trabalha. Para o governo norte-americano, é mais fácil controlar o pagamento, feito uma vez ao ano, a partir das declarações do imposto de renda. Mas, no Brasil, por exemplo, isso seria muito difícil, observou o conferencista, devido à existência de um mercado informal (trabalhadores sem carteira assinada) muito grande.

— Nossa economia informal é pequena, diferente da do Brasil. Vejo também que aqui um programa semelhante deverá enfrentar muitas dificuldades financeiras, já que nós, nos Estados Unidos, temos problemas com os estados mais pobres, onde o governo federal cobre 80% dos gastos — afirmou.

Greenstein disse que no programa de Bolsa-Escola do Distrito Federal, como relatou o governador Cristovam Buarque, foi preciso adotar as visitas de assistentes sociais às famílias para selecionar os que receberiam o benefício. Nos Estados Unidos, segundo o conferencista, não há esse tipo de visitas, pois o governo tem o registro das famílias carentes e pode controlar tudo por computador.

Esse controle, acrescentou, é mais difícil no Brasil, o que pode encarecer os programas de renda mínima ou bolsa-escola adotados no país em 10% ou 15% do total.



Simon pede prisão de fraudadores

Senador elogia iniciativas contra a falsificação de medicamentos, mas cobra punições exemplares, lembrando que "ainda não tem ninguém na cadeia"

Os fraudadores de medicamentos e comerciantes flagrados pela ação investigativa do Ministério da Saúde deveriam ser presos para não darem mais um exemplo de impunidade no Brasil. Foi o que cobrou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS) do ministro da Saúde, José Serra, ao comentar que a iniciativa contra esse tipo de crime "merece nota 10, mas ainda não tem ninguém na cadeia".

O senador manifestou sua indignação com o fato de o seu próprio filho ter ingerido remédio falsificado, quando foi tratado de uma sinusite, e questionou as dimensões des-

sa prática criminosa no país.

— Onde nós estamos? Existem fábricas desses produtos em atividade no Brasil. Nos outros países, no Japão e na Itália, por exemplo, crimes dessa natureza, que podem ser considerados hediondos, são punidos com a cadeia e pessoas indicadas chegam a se suicidar — enfatizou.

Simon acrescentou que o ministro José Serra deve avançar nas investigações, mas lembrou que já existem suspeitos e provas que justificam punições exemplares. "Não podemos é continuar sendo o país onde só ladrão de galinha é que vai para a cadeia", finalizou.



Simon conta que seu próprio filho tomou remédio falsificado ao ser tratado de uma sinusite

Hollanda defende reforma para acabar com anarquia tributária

"Uma verdadeira anarquia tributária." Essa foi a definição do senador Joel de Hollanda (PFL-PE), em discurso proferido ontem no plenário, ao avaliar a atual situação que os contribuintes enfrentam para recolher os impostos. Em sua opinião, a proposta de reforma tributária anunciada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, deve resolver o problema da "burocracia e

tário é tão complicado, enfatizou, que dá origem à figura do sonegador involuntário, que não consegue compreender o sistema.

O senador informou que, pela proposta do governo, serão extintos o IPI, o ICMS, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Cofins e o PIS/Pasep. Continuarão existindo o Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas, o IOF, o Imposto de Importação e o Imposto de Exportação.

Serão criados, ainda de acordo com a proposta, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), arrecadado pelo governo federal, e o Imposto sobre Vendas a Varejo (IVV), arrecadado pelos governos estaduais, quando incidir sobre mercadorias, e pelos governos municipais, quando incidir sobre serviços. Além desses, será criado, também, o Imposto Seletivo, que será cobrado na venda de bens e serviços como fumo, bebidas, telecomunicações, energia e combustíveis.

Joel de Hollanda lembrou que os impostos arrecadáveis pelos estados terão alíquota única, o que deverá pôr um fim à guerra fiscal entre eles. O senador advertiu, entretanto, que "a reforma tributária, sem uma reforma fiscal, é capenga". No seu entender, não basta modificar as receitas do setor público e dos impostos que produzem essas receitas, mas também é preciso mudar a distribuição das despesas entre a União, os estados e os municípios.



Hollanda diz que o sistema atual confunde o contribuinte

"confunde o contribuinte, que deseja pagar, e facilita a vida do sonegador, porque dificulta uma efetiva fiscalização".

As dificuldades enfrentadas pelos contribuintes, na opinião do senador, oneram o custo das empresas porque, para saldar seus compromissos junto ao governo, precisam contratar especialistas. "Isso eleva o chamado custo Brasil", disse o senador. O sistema tribu-

Bernardo Cabral elogia lançamento do Dicionário da Escravidão

Apontando-o como um livro que deve estar em qualquer biblioteca brasileira, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou ontem a publicação do *Dicionário da Escravidão*, de Alaôr Eduardo Scisínio, editado pela Léo Christiano Editorial. Amigo do autor há 20 anos, Cabral disse que não poderia deixar de registrar nos Anais do Senado fato tão relevante como a chegada dessa obra ao público brasileiro.

O senador informou que o livro abrange o período compreendido entre as primeiras décadas do século XVI e 13 de maio de 1888. Em sua metodologia, o dicionário adota para cada tema, subtema, assunto ou aspecto da escravidão um verbete geral, com remissão às expressões a ele alusivas. Assim, explicou Cabral, ao tratar dos castigos, o autor informa como e por que eram aplicados, fazendo nesse verbete a remissão a instrumentos de tortura.

Alaôr Scisínio, neto de escrava, segundo o senador, tem 70 anos, é advogado, escritor, historiador e escritor, sendo também professor da Universidade Federal Fluminense, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil naquele estado.

Em aparte, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que Bernardo Cabral, tendo se destacado como



Cabral considera a obra indispensável a qualquer biblioteca

constituente na defesa dos interesses da população negra, sabe que Alaôr Scisínio não apenas contribuiu para a História, mas respaldou várias manifestações dessa comunidade. O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) também cumprimentou Cabral e afirmou que esse dicionário vem revelar que os negros brasileiros não estão adormecidos nem foram extintos.

O senador Francisco Benjamin (PFL-BA) fez um aparte para testemunhar os esforços de Bernardo Cabral, durante os trabalhos da Constituinte, em defesa da igualdade de direitos. Cabral contou então que, numa visita à África do Sul, logo após a Constituinte, Francisco Benjamin pediu ao ministro da Justiça daquele país a libertação de Nelson Mandela.



Amorim diz que está arrependido de ter votado pela reeleição

Amorim faz denúncias e quer fim da reeleição

Diante da "utilização escancarada da máquina pública" pelos atuais detentores de poder executivo, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu ontem que, na próxima legislatura, o Congresso altere a legislação eleitoral, eliminando a possibilidade de reeleição no exercício do cargo. Ele confessou-se arrependido de ter votado favoravelmente à emenda constitucional que introduziu a reeleição nas atuais normas eleitorais.

Na opinião do senador, os governadores que realizaram uma boa gestão poderiam licenciar-se do cargo sem prejuízo para suas campanhas. No entanto, aqueles que tiveram desempenho contestado pelo eleitorado são exatamente os que utilizam os recursos públicos com finalidade eleitoral.

Ernandes Amorim referiu-se especificamente ao caso de seu estado, em que o governador estaria desviando para uma caixa única recursos federais liberados pela União para as áreas de saúde e transporte. A seu ver, os repasses do governo federal têm sido desviados "sem fiscalização do Tribunal de Contas e com a conivência da Assembleia Legislativa". A imprensa, por sua vez, renega suas funções públicas em prol do oficialismo, disse.

A consequência desse estado de coisas, segundo o senador, é a de tornar quase impossível que um candidato comum, fora da máquina de poder estadual, tenha condições efetivas de competição. No caso de Rondônia, Amorim destacou também a contratação de "cantores milionários" para reunir multidões e a distribuição de cestas básicas com critérios eleitorais.

Padilha fala na TV sobre investimento em transportes

O governo federal vai manter o contrato de privatização da RFFSA, apesar de não terem sido cumpridas, até agora, todas as metas fixadas. O anúncio é do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, em entrevista ao programa "Agenda Econômica", que vai ao ar pela TV Senado hoje, às 8h30 (e reapresentação às 19h30), sob o comando do jornalista Helival Rios.

No programa, o ministro conversa

sobre o "custo Brasil" e os investimentos feitos em ferrovias, rodovias e portos no país. Conforme o ministro, antes da privatização a RFFSA era responsável por um déficit de 300 milhões de dólares ao ano nos cofres públicos e após a concessão ao setor privado tem contribuído com cerca de 150 milhões de dólares.

Também participa do programa, como convidado, o jornalista Rihamar Oliveira, de O Estado de S. Paulo.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

7h - "Saúde Todo Dia" - o programa trata sobre a importância da atividade física para a saúde
7h30 - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista o médico infectologista David Uip sobre a Aids e a mulher
8h30 - "Agenda Econômica" com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que fala sobre o "custo Brasil"
9h30 - Entrevista com Manoel Magalhães, diretor de Fiscalização e Controle do Ibama, que fala sobre os projetos preventivos durante a seca para evitar as queimadas
10h - Comissão de Constituição e Justiça - apreciação da proposta de emenda à Constituição que permite a participação de capital estrangeiro no setor de saúde
Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos - apreciação do projeto de lei que prorroga o prazo para que as unidades da Federação se adaptem à Lei Camata
14h30 - Sessão plenária - deliberativa - segundo dia de discussão da proposta de emenda à Constituição que fixa os limites para as despesas dos legislativos municipais (vivo)
18h45 - Entrevista com Manoel Magalhães, diretor de Fiscalização e Controle do Ibama, que fala sobre os projetos preventivos durante a seca para evitar as queimadas
19h30 - "Agenda Econômica" com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que fala

sobre o "custo Brasil"
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
21h - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista o médico pediatra Fernando Goyatto sobre as doenças infantis
22h - Sessão plenária (reapresentação)
0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
1h - Debate
2h - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista o médico pediatra Fernando Goyatto sobre as doenças infantis
4h - Entrevista com o senador Gilvam Borges
5h - Debate
6h - Telejornal "Congresso Hoje"
6h30 - Entrevista com senador Gilvam Borges
Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO HOJE

7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)
10h - Comissão de Constituição e Justiça
13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)
14h15 - "Plenário em Revista"
14h30 - Sessão plenária
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)
Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC, 1,11465600,256000,0FD 1,17,1,7

Leonel lembra aniversário da tragédia atômica em Hiroshima

Senador destaca que o Brasil é um dos 90 países do mundo a contar com exemplar da Pedra da Paz, em exposição até o dia 17



Leonel Paiva lembra "grave ameaça" de armas nucleares

"Até o próximo dia 17, o Senado expõe a Pedra da Paz de Hiroshima, no saguão do anexo II do Senado, simbolizando a tragédia atômica que o Japão sofreu ao final da II Guerra Mundial", anunciou ontem o senador Leonel Paiva (PFL-DF), lembrando que o Brasil é um dos 90 países do mundo a possuir um exemplar desse objeto tão significativo, no qual está gravada uma mensagem em favor da paz permanente.

Para Leonel Paiva, é necessário e oportuno relembrar, hoje, a tragédia da explosão do dia 6 de agosto de 1945. "A evocação dessa hecatombe há de nos fazer refletir sobre a grave ameaça representada pelas armas nucleares, fazendo crescer a vontade de nos unir-

mos na grande luta por uma paz mundial duradoura, que tem como símbolo a Pedra de Hiroshima", ressaltou.

Leonel registrou a presença na sessão de ontem, na tribuna de honra do Senado, do embaixador do Japão, Makoto Mizutani, do representante japonês do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer), Shigeki Tsutsumi, e de diretores da Fundação Casa do Cerrado, localizada no Parque Rural, em Brasília, onde habitualmente fica exposta a Pedra da Paz. "Foram os sentimentos do povo de Hiroshima que fizeram nascer esse movimento mundial para a abolição das armas nucleares e a busca de uma paz permanente", concluiu.

Senado lança hoje Constituição em braile

Estará sendo lançada hoje às 10h, no Salão Negro do Congresso Nacional, a primeira edição da Constituição federal em braile. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) presidirá a solenidade.

O braile é um sistema de escrita em relevo, que possibilita a leitura de textos por deficientes visuais. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que existam cerca de 15 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual no Brasil. Destes, 1,5 milhão é totalmente cego. O lançamento da Constituição em braile possibilita o acesso desses cidadãos ao texto da Carta Magna.

A Constituição terá uma tiragem de 300 exemplares e sairá em três volumes. As cópias serão distribuídas para as entidades que apoiam os deficientes visuais. Além dessa edição, o Senado Federal pretende publicar, ainda neste ano, o Código de Defesa do Consumidor e o Estatuto da Criança e do Adolescente. O objetivo, de acordo com o coordenador do Serviço de Publicações em Braile, Paulo Brandão, é "dar condições para que os deficientes possam exercer sua cidadania integralmente".

O Serviço de Publicações em Braile do Senado foi inaugurado em junho pelo senador Ronaldo Cunha Lima.

Ronaldo debate efeito vinculante em Pernambuco

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) fará palestra aos alunos e professores do curso de Direito da Universidade Católica de Pernambuco, no próximo 17, atendendo ao convite que recebeu do "Grupo Polemista de Direito", daquela universidade, dentro da programação do ciclo de debates, em comemoração ao Dia do Advogado.

A palestra do senador para Paraíba será a respeito da proposta de emenda constitucional do efeito vinculante, o que, para o presidente do grupo, Marcos Aurélio Sales, "significará uma grande oportunidade para um rico e aberto debate sobre a matéria", que já foi aprovada em dois tur-



Ronaldo Cunha Lima terá encontro com professores e estudantes de Direito

nos pelo Senado e se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados.

Antonio Carlos e Michel Temer entregam Prêmio Cruz e Sousa

Os presidentes do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, entregam hoje, às 18h30, no Salão Negro do Congresso Nacional, diplomas aos vencedores do Prêmio Cruz e Sousa, promovido em homenagem ao poeta catarinense, falecido há 100 anos. Os trabalhos *Simbolismo como Transculturalismo*, de Luís Cláudio Ribeiro, na categoria geral, e *Cruz e Sousa, Sol*

Negro, de Carlos Alberto Martins, na categoria estudante, foram os vencedores e receberam cada um R\$ 10 mil.

A comissão julgadora do prêmio foi presidida pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) e contou com a participação do senador Esperidião Amin (PPB-SC), do deputado Paulo Gouvêa, do professor Iaponina Soares de Araújo e do poeta Gerardo de Melo Mourão.

PMs poderão ter de estudar direitos humanos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje, às 10h, para examinar, entre outros, o projeto de lei que inclui o estudo dos Direitos Humanos na formação dos policiais militares. De autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), o projeto dispõe que a matéria poderá ser lecionada como disciplina própria ou mediante aprofundamento dos currículos já existentes.

A senadora também propõe que o processo de mudança nos cursos de formação tenha a participação de entidades que atuam na defesa dos direitos humanos. O projeto tem parecer favorável do relator, Roberto Requião (PMDB-PR), o qual considera importante que "se possa dispor de uma lei federal que mobilize a sociedade, no sentido de melhorar os conhecimentos de nossos policiais sobre os direitos humanos".

Encontra-se também na pauta de votações da CCJ projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que prevê a participação popular no processo de tramitação da lei orçamentária. Simon defende a adoção do orçamento participativo como forma de ampliar a transparência das finanças governamentais. A matéria já foi examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos, que emitiu parecer favorável. Na CCJ, o relator Edison Lobão (PFL-MA) faz, contudo, restrições à matéria e vai apresentar parecer contrário.

Bello Parga condena atentados

Em nome do PFL, do Legislativo e do povo brasileiro, o senador Bello Parga (PFL-MA) registrou seu repúdio e indignação em face do atentado terrorista executado contra as embaixadas americanas no Quênia e na Tanzânia. Lembrando que o crime resultou em mais de 200 mortos e 4 mil feridos, o parlamentar observou que a maior parte dos sacrificados foram cidadãos africanos.

— Trata-se de um atentado à consciência universal. Em pleno fim do milênio, isso é um retrocesso. Temos aí a face repudiável do ódio a presidir as ações políticas. O mundo não pode conviver com isso — disse o parlamentar.

A cada ano, 2.500 mulheres são mortas no país em razão de crimes passionais.

O número de vítimas de violência doméstica e sexual chega a 500 mil por ano.

As mulheres representam 66% das vítimas de agressões contra parentes no Brasil.



70% dos agressores são pais biológicos e 30%, padrastos. Só 7% das vítimas eram meninos.

57% das meninas e 60% dos meninos que sofreram violência doméstica tinham entre zero e 12 anos.

Existe mais de uma centena de Delegacias de Defesa da Mulher, instaladas em vários estados do Brasil.

Benedita diz que violência machuca "o corpo e a alma" das mulheres

Senadora lamenta assassinatos cometidos por maníaco de São Paulo e recomenda a adoção de sistema mais eficiente de segurança pública em áreas verdes fechadas

"A violência contra a mulher não somente machuca o corpo, mas também dilacera a alma e mata os sonhos de todas nós", ressaltou ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), referindo-se às mulheres assassinadas pelo chamado maníaco do parque, Francisco de Assis Pereira, na cidade de São Paulo. "Um sistema mais eficiente de segurança pública em áreas verdes fechadas poderia evitar que se transformassem em verdadeiras tocaias", recomendou.

Para Benedita, a violência contra a mulher é uma das faces mais terríveis da sociedade brasileira. "Como autora de proposições que visam tipificar o crime de assédio sexual e de violência doméstica contra a mulher, não posso deixar de me manifestar contrária à tendência da sociedade de considerar a violência contra a mulher como um crime menor", disse.

A senadora pelo Rio de Janeiro lembrou um outro tipo de violência contra a mulher, a discrimina-

ção racial contra empregadas domésticas e babás. "Todos estamos lembrados do episódio da empregada negra que foi mordida por um cão, em Ipanema. Seu dono justificou a agressão, dizendo que 'na minha calçada, negra não passa'. O mais surpreendente foi a polícia ter classificado o crime como 'injúria', quando se trata de uma nítida manifestação de racismo, crime previsto na Constituição como inafiançável."

Benedita afirmou que o Con-

gresso precisa tornar mais rígida a legislação de proteção dos direitos humanos, para garantir que esses casos de violência e discriminação contra negros, pobres e mulheres sejam enquadrados de acordo com sua verdadeira natureza. "Quero protestar por não termos pessoas competentes para aquilatar a gravidade dos crimes de racismo", concluiu, afirmando ainda haver tempo de mudar a acusação contra o proprietário do cão.

Júnia destaca inclusão do Vale do Jequitinhonha na Sudene

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) registrou ontem a sanção presidencial, no último dia 15 de julho, de projeto de sua autoria que integrou à área de desenvolvimento da Sudene o Vale do Jequitinhonha e, por emenda aprovada no Senado, os municípios do norte do estado do Espírito Santo.

Transformado na Lei nº 9.690, o projeto, disse a senadora, tramitou durante seis anos no Congresso. Ela agradeceu a todos os parlamentares a aprovação da proposta, ressaltando sua importância para os municípios mineiros do Vale do Jequitinhonha.

Segundo Júnia Marise, é grande a expectativa e a esperança em relação aos efeitos de desenvolvimento para a região decorrentes da sanção presidencial ao

projeto. Para tal, considerou, é preciso fortalecer a Sudene e ampliar seus recursos orçamentários, objetivos pelos quais a senadora disse que somará seus esforços aos dos parlamentares nordestinos e capixabas.



Júnia agradeceu o apoio de parlamentares ao projeto sancionado no dia 15

Marina divulga encontro de mulheres da Amazônia

Hoje, às 11 horas, em reunião na sala da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama) apresenta-se ao Congresso Nacional com o objetivo de inserir a realidade das mulheres da floresta na pauta do debate nacional, registrou a senadora Marina Silva (PT-AC).

Responsável pela organização do I Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica, que será realizado em Rio Branco (AC) no período de 13 a 17 de dezembro, o MAMA submeterá à discussão pública sua proposta para o encontro, acrescentou a senadora. Com a reunião de amanhã, o movimento também pretende ressaltar a necessidade e importância do envolvimento



Marina quer debate sobre mulheres da floresta

das parlamentares brasileiras no evento de dezembro, que reunirá representantes de seis países amazônicos e de nove estados brasileiros.

Segundo informou a senadora, o encontro internacional realizará seus trabalhos em torno do tema "Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento", destacando a força produtiva da mulher amazônica, "seus sonhos, lutas e expressões culturais, marcadas pela invisibilidade e exclusão social". O objetivo, disse, é elaborar propostas concretas que possam servir como subsídios à formulação de políticas públicas e projetos de lei que atendam às especificidades das mulheres da floresta.